



**CIDADE DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)**  
**GABINETE DO VEREADOR**  
**JOSÉ PLÍNIO GOMES DE SOUZA**

Projeto de Lei nº \_\_\_\_/2025

EMENTA: FICA AO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A DISPENSAR DO USO DE UNIFORME ESCOLAR POR ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E OUTROS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO COM ALTERAÇÃO SENSORIAL, NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB.

**Art.1º** Fica ao poder executivo autorizado a dispensar do uso compulsório de uniformes escolares aos estudantes diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou outros Transtornos do Neurodesenvolvimento (TND), que apresentem alterações sensoriais, matriculados na rede pública e privada de ensino na Cidade do Campina Grande - PB.

§ 1º Aplica-se a dispensa, independentemente da etapa escolar (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação de Jovens e Adultos).

§ 2º Tais estudantes deverão utilizar vestimentas adequadas ao ambiente escolar, que preservem a higiene, o respeito às normas de convivência e permitam sua identificação, para fins de segurança, sempre que necessário.

**Art. 2º** A dispensa deverá ser requerida pelos responsáveis legais ou pelo próprio estudante, se maior de idade, à instituição de ensino, acompanhada de laudo médico ou relatório psicológico/terapêutico, que comprove:

- I – o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista ou outro Transtorno do Neurodesenvolvimento; e,
- II – a existência de hipersensibilidade, hipossensibilidade ou outro tipo de alteração sensorial incompatível com o uso do uniforme escolar.

**Art. 3º** A instituição de ensino terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do requerimento, para análise da documentação e resposta formal.

§ 1º Em caso de deferimento, a dispensa terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser renovada mediante novo requerimento e atualização do laudo.

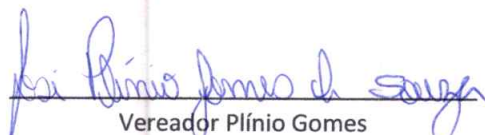
§ 2º Em caso de indeferimento, a escola deverá apresentar justificativa por escrito em até 7 (sete) dias úteis, com possibilidade de recurso administrativo, conforme disposto no Art. 7º.

**Art.4º** Os estudantes amparados por esta lei terão garantidos:

- a) o direito à permanência e participação em todas as atividades escolares, sem prejuízo acadêmico ou disciplinar;
- b) a liberdade de utilizar vestimenta que não cause desconforto sensorial;
- c) a preservação da privacidade quanto ao diagnóstico e às condições de saúde; e,
- d) a proteção contra atos discriminatórios ou constrangedores no ambiente escolar.

**Art.5º** As Instituições de Ensino deverão:

- I – criar protocolo interno para recebimento e análise dos pedidos de dispensa;
- II – promover capacitação de seus profissionais para o acolhimento adequado e respeitoso dos estudantes contemplados;
- III – garantir ambiente inclusivo e livre de bullying ou discriminação em razão do não uso do uniforme escolar;

  
Vereador Plínio Gomes  
UNIÃO BRASIL



**CIDADE DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)**  
**GABINETE DO VEREADOR**  
**JOSÉ PLÍNIO GOMES DE SOUZA**

IV – informar anualmente, aos profissionais da unidade, a relação com o nome de todos os alunos que serão beneficiários desse direito, através de documento assinado e datado pela direção escolar, que será atualizado ao longo do período de vigência da autorização previsto na legislação.

**Art. 6º** A utilização indevida da dispensa, mediante falsificação de documentos ou má-fé, poderá ensejar:

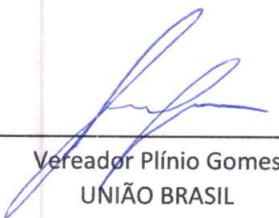
I – revogação da autorização de dispensa;

II – comunicação, aos órgãos competentes, como o Conselho Tutelar ou Ministério Público, quando necessário; e,

III – aplicação de medidas disciplinares, nos termos do regimento da instituição.

**Art. 7º** Caberá recurso contra indeferimento, que poderá ser apresentado à direção regional de ensino ou órgão equivalente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

  
\_\_\_\_\_  
Vereador Plínio Gomes  
UNIÃO BRASIL



**CIDADE DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE**  
**(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)**  
**GABINETE DO VEREADOR**  
**JOSÉ PLÍNIO GOMES DE SOUZA**

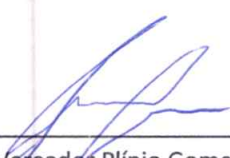
**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de Projeto de Lei que "FICA AO PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A DISPENSAR DO USO DE UNIFORME ESCOLAR POR ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E OUTROS TRANSTORNOS DO NEURODESENVOLVIMENTO COM ALTERAÇÃO SENSORIAL, NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS E PRIVADAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE".

Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e demais transtornos do Neurodesenvolvimento frequentemente apresentam alterações sensoriais que os tornam altamente sensíveis ao contato com determinados tecidos, etiquetas, costuras e modelos de uniforme escolar. Essa sensibilidade pode gerar sofrimento, desatenção, ansiedade e dificuldades de permanência na escola. Registre-se que a presente proposta visa garantir o direito à educação em ambiente confortável e inclusivo, respeitando a neurodiversidade e as necessidades específicas desses alunos. Ao isentá-los da obrigação do uso de uniforme, assegura-se um avanço concreto na direção da inclusão e do bem-estar escolar. Assim, por se tratar de justa medida legislativa, solicito o apoio dos nobres deputados no sentido de aprovarmos esta importante matéria.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto. .

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campina Grande. PB, casa Felix Araújo, Em 06 de novembro de 2025.



---

Vereador Plínio Gomes  
UNIÃO BRASIL